



## RESPOSTA DE RECURSO

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 2024.10.16.001**

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DO HOSPITAL E CASA DE SAÚDE ADÍLIDA MARIA NO MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM-CE.

Senhor Presidente,

Em atenção a Vossa solicitação, informamos que Setor Técnico Engenharia desta municipalidade analisou o **EXEQUIBILIDADE** apresentada pela empresa **M L ENTRETENIMENTOS, ASSESSORIA E SERVIÇOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 29.326.036/0001-41**, considerando o que diz respeito a desclassificação da **CONCORRÊNCIA Nº 2024.10.16.001**.

Com base na lei 14.133 nos traz:

*Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:*

*I - contiverem vícios insanáveis;*

*II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;*

*V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável*

Diz também que no Art. 59 que:

*§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.*

Tendo em vista que devemos obedecer a lisura do processo, garantindo que a proposta que favoreça o princípio da economicidade, favorecendo o município, que busca através do processo, a proposta mais vantajosa.

Vejamos o que expressa o Tribunal de Contas da União:

*“O Tribunal de Contas da União, por sua vez, já se manifestou sobre o caráter relativo da presunção de inexecutabilidade posta no §4º do art. 59 da Lei Nº 14.133/21, que deve ser interpretado de modo sistemático, considerando a disposição do §2º do mesmo artigo.*

*Nesse sentido, vale destaque ao excerto adiante, do Acórdão Nº 803/2024-Plenário:*

*Enunciado*

*O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, sendo possível que a Administração conceda à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM – CE.

CNPJ Nº 07.963.515/0001-36 | CGF Nº 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

Tel.: 88 9.8179-4967 | E-mail: pmbv\_oficial@hotmail.com | Site: <https://www.boaviagem.ce.gov.br>





Podemos observar que, a documentação não expressa comprovação de exequibilidade, visto que os serviços executados pela licitante demonstram valores de descontos distantes do apresentado em sua proposta enviado no decorrer deste certame.

A solicitação de exequibilidade da proposta, conforme a Lei nº 14.133/2021, tem como objetivo evitar a celebração de contratos com valores irrealistas, que possam comprometer a qualidade da obra ou levar a futuros aditivos, atrasos ou até mesmo ao abandono da execução.

Concluimos assim, por entender essa Setor, com base no Inciso IV do Art. 59. Inciso IV, pela desclassificação da licitante, visto que não apresentou nenhuma comprovação de execução de obra através de boletim de medição, diário de obra, relatório fotográfico e ou nota fiscal, aplicando desconto igual ou similar ao apresentado anteriormente em sua proposta.

SME.

Boa Viagem – CE, 19 de maio de 2025.

Atenciosamente,

**GEORDANO DE ARAÚJO PESSOA**  
Engenheiro Civil | RNP Nº 0600183610